

QUEM CONTA UM CONTO, AUMENTA UM PONTO? UM ESTUDO QUANTITATIVO DOS PONTOS DE MEMÓRIA NO BRASIL

DOES ANYONE WHO TELLS A TALE OVERSTATES IT? A QUANTITATIVE STUDY OF BRAZILIAN MEMORY POINTS

Eliane Cristina de Freitas Rocha^a
Cristiane Calheiros Lei^b
Álison Valentim de Freitas^c

RESUMO

Objetivo: Apresentar o programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), resultante de uma política pública no campo da cultura e patrimônio. **Metodologia:** Por meio de revisão bibliográfica narrativa, é traçado um breve histórico do referido programa. Em sequência, são apresentados resultados de um levantamento documental e de um de survey sobre as características dos pontos de memória brasileiros relacionados a esta política. **Resultados:** O programa surgiu em 2009 e teve seu auge nos anos de 2011-2014, orientado pelo conceito antropológico da cultura. A baixa taxa de retorno do survey online e as dificuldades de inventariação das iniciativas indicam que vários destes pontos de memória possam estar inativos. **Conclusões:** Os pontos de memória realizam ações culturais que vão além de ações de preservação de memória e patrimônio, valorizando culturas locais diversificadas. As ações estatais de fomento dos pontos de memória parecem ser essenciais para sua sobrevivência.

Descritores: Pontos de memória. Museologia social. Survey. Política pública.

1 INTRODUÇÃO

Há diversas iniciativas de criação de centros de memória comunitários no Brasil. Algumas delas merecem destaque, como aquelas ligadas aos Pontos de Memória - organizações para resgate da memória de comunidades, em articulação com políticas públicas brasileiras no campo da Cultura conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (OEI, 2016).

^a Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. E-mail: prof.lili.rocha@gmail.com

^b Pós-graduanda em Gestão e Projetos de Patrimônio Cultural pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, Brasil. E-mail: cristianelei1969@gmail.com

^c Mestre em Design pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Coordenador do Museu Mineiro, Belo Horizonte, Brasil. E-mail: alissonvalentim@gmail.com

Objetiva-se, com este artigo, apresentar um panorama dos pontos de memória brasileiros organizados sob a égide do programa homônimo. Para cumprir este objetivo, foi realizada revisão bibliográfica narrativa breve sobre a história das políticas públicas relativas aos pontos de memória e sua caracterização enquanto lugares de preservação da memória e do patrimônio. Em sequência, são apresentados resultados de revisão documental de bases de dados de cultura para caracterização dos pontos, além dos resultados de um levantamento (survey), por questionário, sobre as características destes espaços e sua atuação no presente momento. Reflexões sobre a importância e alcance do Programa Pontos de Memória são tecidas nas considerações finais.

2 O PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA

Contextualizar a criação do Programa Pontos de Memória é relatar os desafios da construção de uma política pública de cultura, em especial pela pluralidade do conceito de cultura. Clifford Geertz (1989) preceitua cultura como "padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida". Como podemos observar, a cultura é entendida a partir de um conceito mais amplo relacionado à experiência humana em toda a sua diversidade, em seu sentido antropológico.

No entanto, no que diz respeito à relação entre cultura e patrimônio, é preciso diferenciar patrimônio cultural de cultura. O patrimônio cultural é um legado que tem por característica despertar a memória das pessoas historicamente relacionadas a ele.

A memória social, se a associamos à memória coletiva, no sentido de Halbwachs (2013), é consequência de um processo coletivo e encontra-se estabelecida em um contexto social específico, sua formação acontece por intermédio do convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais. A memória coletiva exerce papel essencial no processo de coesão grupal, servindo também de ancoragem para as memórias individuais. A memória coletiva ajuda a enquadrar as lacunas da memória individual

(HALBWACHS, 2013), cumprindo importante papel na formação identitária, na ideia de continuidade do eu no tempo e no espaço.

Vera Dodebei (2005) aponta que a cultura é o elemento embaixador da memória social e o patrimônio cultural, por sua vez, são traços ou vestígios desta memória social. Assim sendo, nem tudo que é de cunho cultural deve ser compreendido como patrimônio cultural ou passível de tornar a sê-lo. Para a autora, o patrimônio diz respeito ao processo contínuo de reconhecimentos de bens, inclusive os culturais, sendo que o patrimônio cultural, em sua vertente imaterial, referente aos aspectos mnemônicos dos grupos sociais para exercício da cidadania.

Uma política pública voltada para a memória e patrimônio é certamente cultural, mas nem toda política cultural se reduzirá à preservação de memória e às diversas manifestações do patrimônio. Admitindo que a cultura é um direito, incluindo o direito à memória e à preservação do patrimônio cultural, o Estado deveria cumprir, por meio de políticas públicas da cultura, o seu dever de satisfazer as necessidades culturais da população (REIS, 2011). Para Santiago Júnior (2015), o direito à memória, especialmente dos grupos minoritários, não diz respeito somente à criação de narrativas históricas e manutenção da memória coletiva, mas também à preservação de bens culturais que são de grande valor para a identidade e não necessariamente têm valor mnemônico.

No processo de fazer valer seu direito à memória, diversos grupos sociais constroem práticas que podem ser mais ou menos institucionalizadas de preservação de seu patrimônio - seja de valor cultural, histórico, artístico, dentre as diversas noções de patrimônio. O princípio subjacente das práticas museais concebidas por comunidades e para comunidades exercerem seu direito à memória, é tributário da noção de que o patrimônio comum do grupo precisa ser reconhecido e organizado por ele próprio. Há possibilidades de construção de arranjos mais institucionalizadas para estas práticas, como os ecomuseus, museus integrais, museus comunitários, museus de território, museus regionais, centros de memória comunitários, pontos de memória, entre outros.

A construção de museus comunitários e também as iniciativas de patrimonialização da cultura brasileira entraram em pauta em políticas públicas

da cultura a partir do ano de 2000, com a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), pelo Decreto 3.551 de 2000, inclusive com a publicação de um manual de aplicação para Inventário Nacional de Referências Culturais, e previsão de registro dos bens do patrimônio cultural junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pela sociedade civil.

No âmbito das políticas públicas para a cultura, a Lei Rouanet (Lei de incentivo à cultura 8.313/91), na década de 1990, e ainda vigente, é um grande marco para alavancar o fomento às atividades culturais no Brasil, possibilitando a composição do Fundo Nacional de Cultura (FNC) com recursos do orçamento da União e também por incentivos fiscais concedidos a pessoas físicas e jurídicas apoiadores de projetos culturais.

Pereira (2018) comenta que aconteceu uma virada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil, a partir do governo de Lula, sob a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, em 2003, quando foram criadas políticas culturais efetivas que ampliaram o conceito de cultura, abarcando seu sentido antropológico. Lima (2014) apresenta o Programa Cultura Viva, lançado em 2004, pelo Ministério da Cultura, como um dos mais importantes instrumentos da política de cultura entre os anos de 2004-2014. Tal programa procurou estabelecer elos entre os agentes culturais (entidades, coletivos) espalhados em todo o Brasil e o governo, sendo tais agentes reconhecidos como "pontos de cultura" - espaços de referência que permitiam a criação e gestão de cultura em equipamentos de cultura e grupos culturais, intencionando valorizar a cultura em seu sentido antropológico e não elitista.

No plano museal, destaca-se, no período de 2000-2010, o lançamento da Política Nacional de Museus [PNM], em 2003, e, em 2009, a criação do IBRAM [Instituto Brasileiro de Museus] (PEREIRA, 2018, p. 106). Os alicerces da Política Nacional de Museus de 2003 estão fundados, também, na definição de cultura antropológica, guia do Plano Nacional de Cultura, valorizando a participação popular, alinhando-se ao entendimento das ações e processos museais da Museologia Social. Segundo Pereira (2018, p. 107), tal política está a favor de "criar mecanismos para assegurar os direitos de participação das comunidades às etapas de registro e definir o que é patrimônio, especialmente aquele que se

quer musealizar".

Na direção de valorizar a “diversidade étnica, cultural e social” do país, e a memória social de diversos povos e grupos sociais, os Programa Pontos de Memória começou a ser tecido, em 2009, “resultado da parceria entre os Programas Mais Cultura, do Ministério da Cultura e o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI”, no esteio da formulação de políticas públicas intersetoriais. Inicialmente, “o Programa esteve vinculado ao Departamento de Museus (DEMU) sob a estrutura administrativa do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, em 2009, já sob a égide do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), [...] o Programa foi implementado” (SILVA, 2019, p. 42).

Os pontos de memória são definidos pelo IBRAM como

núcleos de iniciativa comunitária constituídos de forma autônoma em relação ao poder público, geridos de forma participativa pelas próprias comunidades, para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, e que utilizam metodologias da museologia social visando ao reconhecimento e à valorização de sua memória coletiva (IBRAM, 2017, *online*).

Nota-se que o Programa Pontos de Memória convergiu com a proposta de valorização da cultura do Programa Cultura Viva. São precursores dos pontos de memória a experiência do Museu da Maré, iniciado em 1997, e agraciado pelo Prêmio Mais Cultura do Programa Cultura Viva, em 2005 (PEREIRA, 2020). Oliveira (2016), por sua vez, destaca a iniciativa do Museu da Maré como inspiradora para o estabelecimento das bases da proposta do Programa Pontos de Memória, enquanto instituinte da política de cultura voltada à memória popular.

Quando do lançamento do Programa Pontos de Memória, algumas comunidades abrigaram pontos de memória pioneiros: Museu de Favela, no Rio de Janeiro; Beiru (Salvador, BA), Brasilândia (São Paulo, SP), Coque (Recife, PE), Estrutural (Brasília, DF), Grande Bom Jardim (Fortaleza, CE), Jacintinho (Maceió, AL), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre, RS), Cantagalo-Pavão-Pavãozinho (Rio de Janeiro, RJ), Terra Firme (Belém, PA), São Pedro (Vitória, ES), Sítio Cercado (Curitiba, PR) e comunidade do Taquaril (Belo Horizonte, MG). Dentre elas, a iniciativa mais antiga foi a de Beiru (Salvador, BA), datada

de 1980, seguida do Museu Lomba do Pinheiro (2006) e Museu da Maré (RJ), de 2008, conforme Bastos (2016). Conforme Silva (2019, p. 43), o Programa Pontos de Memória

possui três objetivos específicos: definir bases conceituais e metodológicas relativas ao campo museológico, principalmente no que diz respeito à memória social; capacitar agentes de memória e membros da comunidade em desenvolvimento e promover a gestão de projetos para realizar os processos e instrumentos de planejamento e manutenção de Pontos de Memória difundindo experiências em memória social no Brasil.

Com relação às bases metodológicas do Programa, o Ibram desenvolveu uma metodologia para o projeto Pontos de Memória pautado em cinco etapas: 1. Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa; 2. Qualificação; 3. Realização de inventário participativo; 4. Produção de difusão das memórias; 5. Reforço da rede de Pontos de Memória nas Teias Nacionais da Memória (OEI, 1016). A primeira etapa envolve a realização de atividades de formação de grupo para constituição do ponto de memória e seu conselho gestor, por meio de técnicas participativas, incluindo realização de encontros, rodas de conversa e chás de memória. A premissa era de criação de pontos de memória que pudessem ser autogeridos pelas suas comunidades. A segunda diz respeito à realização de ações de qualificação da comunidade em questões de memória e patrimônio, envolvendo a realização de oficinas, encontros, debates sobre ações de inventariação, direito à memória e outras questões relativas ao campo museal. Tendo em vista a constituição dos espaços, durante os anos de 2009 a 2011, o IBRAM realizou ações de sensibilização e capacitação para a instituição dos pontos de memória, tendo como norte a reprodução e multiplicação de sua metodologia para outros lugares no Brasil. A terceira etapa diz respeito à realização do inventário participativo, em que a própria comunidade deveria inventariar aquilo que lhe é mais caro (lugares, manifestações, festas, objetos, lutas, e outros). A quarta diz respeito à difusão do que foi inventariado, podendo envolver diversas ações como chás de memória; oficinas de caráter educativo, inclusive em escolas; realização de exposições; realização de eventos culturais; grafites; museus itinerantes; festivais de gastronomia; campeonatos de história; criação de produtos audiovisuais; blogs, entre outras ações. A quinta etapa envolve a criação de rede

de pontos de memória comunitários, algo que o IBRAM procurou fomentar por meio da realização de eventos denominados Teias de Memória - encontros dos pontos de memória em eventos, para troca de experiências, ocorridos nos anos de 2009, 2010 e 2014.

Em 2017, o governo brasileiro cria o “Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, visando à formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social” (IBRAM, 2017). A partir de então, previu-se a formação de um Comitê Consultivo do Programa, que teve seu regimento aprovado pela portaria de nº 329, de 31 de agosto de 2018. Com a mudança de gestão do governo federal, em 2019, foi extinto o Ministério da Cultura, sob o qual se vinculava o IBRAM. O órgão passou a ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019) e, atualmente, vinculada ao Ministério do Turismo. O governo instituiu a Secretaria Especial da Cultura, com descontinuidades na sua gestão de 2018 até agora, em novembro de 2021.

3 CONTANDO OS PONTOS DE MEMÓRIA

Tendo em vista o breve histórico do Programa Pontos de Memória, e a sinalização de sua descontinuidade, esta pesquisa exploratória, tendo em vista a escassa literatura científica sobre este Programa, procurou fazer um levantamento dos pontos de memória existentes no Brasil, por meio de um estudo quantitativo que envolveu duas técnicas de coleta de dados, com resultados apresentados nas próximas subseções: 1) pesquisa documental de bases de dados da cultura sobre os pontos de memória; 2) realização de um survey, com aplicação de questionário junto a pontos de memória.

3.1 CONTANDO PONTOS EM BASES DE DADOS DA CULTURA

O Plano Nacional de Cultura, de 2010, em sua proposta inclusiva, previu a organização de um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC. (BRASIL, 2010). A pesquisa documental sobre os pontos de memória foi realizada por meio de consultas à base de dados informatizada do SNIIC,

disponível no endereço <http://mapas.cultura.gov.br/> e aplicando o filtro de busca de pontos de memória.

A consulta à base resultou na recuperação de dados de cadastro de 140 pontos de memória, em janeiro de 2021, dos quais foram utilizados os campos de descrição, tipologia, origem (premiação em edital, ponto pioneiro, contato direto), endereço. Um dos membros da equipe obteve uma planilha de cadastro junto ao IBRAM com dados dos pontos de memória inscritos e premiados nos editais de 2011 e 2012, além de contatos diretos deste órgão a pontos não inscritos e outros participantes de dois eventos realizados pelo IBRAM em 2013 (Oficina Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural) e 2014 (Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do RN). Em 2011, 175 pontos de memória constavam na referida planilha, dos quais, 12 eram os pontos de memória pioneiros, 47 premiados no edital e outros 64 inscritos no edital, além de 52 mapeados por contato direto com o IBRAM. Já em 2012, 96 pontos de memória constavam do cadastro, dos quais 30 inscritos e 60 premiados no edital de 2012, além de 4 outros não classificados no edital. No ano de 2013, constavam apenas dados de contato de 15 pontos, e no ano de 2014, outros 18.

Reunindo os dois documentos (cadastro do SNIIC e planilha), foram identificados 402 registros de diferentes pontos de memória ou candidatos a premiação em editais de pontos de memória. Os dados destes 402 pontos foram lançados em um banco de dados do Microsoft Access e em planilhas Excel para tratamento e análise de dados.

Dos 140 pontos de memória recuperados do SNIIC, 12 são os pontos pioneiros (9%), outros 116 foram contemplados por um ou mais dos editais de fomento do Fundo Nacional de Cultura, que, juntos, representam 91% de todos os cadastrados nesta plataforma. Para se aprofundar na importância do edital para o fomento das iniciativas, procuramos avaliar o grau de institucionalização dos espaços. Se forem contabilizados somente os participantes do edital de 2011, (64 inscritos e 47 premiados), os pontos com CNPJ cadastrado somam 67% dos cadastrados (67 ao todo). Em 2012, a referida planilha contava com dados de 96 participantes do edital de fomento (32 inscritos e 60 premiados e 4 não habilitados), dos quais 69 (73%) possuíam CNPJ.

Com relação a dados regionais, nota-se que tanto no cadastro dos pontos participantes e premiados dos editais 2011 e 2012, além dos dados do cadastro nacional de cultura, predominam registros de pontos de memória da região nordeste: 46% são desta região contra 30% da região sudeste; 10% da região sul; 6% fora do país; 4% da região norte; 4% na região sul e 4% não informado.

Compreender o que são os pontos de memória passa por caracterizar como estas iniciativas lidam com a memória e o patrimônio. Na definição e nos objetivos do Programa Pontos de Memória, apresentados na seção anterior, os pontos de memória seriam organizações, especialmente comunitárias, que buscariam preservar a memória social e o patrimônio cultural. Nas fichas de registro recuperadas, o próprio IBRAM procurou estabelecer uma tipologia para classificar as iniciativas dentro deste escopo.

Uma parte das iniciativas claramente se articula com a política pública de vitalização de pontos de cultura, como é evidente em indicadores do cadastro do IBRAM, especialmente entre os pontos de memória cadastrados em 2011, em que 63% deles também se denominaram como pontos de cultura, indicando que alguns deles nasceram a partir dos espaços de pontos de cultura municiados pelo Programa Cultura Viva. No cadastro daquele ano, o IBRAM contabilizou 175 iniciativas, das quais 69 não foram associadas a uma tipologia específica, enquanto 29 diziam respeito à cultura urbana e/ou periférica; outras 12 à cultura afrodescendente e comunidades quilombolas; 8 referentes à comunidades indígenas; outras 6 referentes à migração e/ou comunidade brasileira no exterior, e as demais se referiram a comunidades litorâneas, pesqueiras, rurais, manifestações de cultura tradicional (bumba meu boi, maracatu, outras), ecomuseus, resgate de histórias locais e de personalidades importantes.

Já em 2012, o cadastro apresentava 96 iniciativas, das quais 33 em memória social, outras 14 relativas a migrantes; 11 em culturas tradicionais; 4 referentes à memória afrodescendente e outras 4 a grupos indígenas, 3 museus comunitários e outras diversas iniciativas. No que se refere à memória social, o IBRAM agregou a preservação de memórias de grupos (mulheres, religiosas, cangaço, mapeamento de culturas). Já no cadastro do SNIIC, das 140 iniciativas, 129 foram classificadas como “Patrimônio imaterial/Outros”.

O que se pode inferir, a partir das diferentes formas de classificação para as iniciativas encontradas, é que existem dificuldades de caracterização delas conforme as definições mais correntes do que seja memória e patrimônio no campo de atuação em museologia social, que é o propósito do Programa. Tendo em vista tais dificuldades, nós procuramos realizar uma classificação própria das iniciativas, por meio de análise de conteúdo das descrições dos espaços que estivessem disponíveis no cadastro ou por busca ativa na internet. Atribuimos dois códigos para cada registro: a) um código para a tipologia temática trabalhada no espaço e b) a forma de organização do ponto.

Na Tabela 1, estão dispostos os resultados da análise da tipologia:

Tabela 1 - Tipologia dos pontos cadastrados

Tipologia temática	n
Cultural	170
Memória	89
Patrimônio	41
Outros	27
Histórico	18
Audiovisual	11
Educativo	8
Cultural (ação comunitária, social, direitos civis)	8
Natural, meio ambiente e ciências naturais	4
Turismo (Cultura)	3
Artesanato e arte	3
Memória institucional ou biográfico	4
Total geral	386

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: Apenas 386 dos 402 registros passíveis de totalização (com dados de tipologia).

Tendo em vista que a análise de conteúdo envolve exploração prévia do material, inicialmente procuramos caracterizar as iniciativas quanto à tipologia levando em conta uma possível classificação dos pontos em relação ao seu trabalho com a memória e o patrimônio em suas diversas manifestações. No entanto, essa classificação mostrou-se insuficiente, pois nem todas as iniciativas voltavam-se apenas para a preservação de memória e patrimônio, atuando no campo da cultura, de maneira ampla e diversificada: são iniciativas que procuravam produzir cultura, como produtoras de audiovisuais, tal como a Videoteca Espaço Panorama, ou realizar ações sociais e comunitárias, tal como a Associação Cultural e Comunitária Zagaia, ou, ainda, exercer papel educativo

e ações educativas como o Projeto Educativo Cultural Brasileirinhos. Outras tinham uma intenção mais histórica, biográfica ou memorial, como o Memorial Padre Leon Gregório.

No que diz respeito, especificamente, à atuação relativa à memória podemos citar o Resgate da Memória Circense e Difusão dos Saberes. Já no tocante ao patrimônio a Praça Leopoldo Francisco Kretzer: Seus Monumentos e Suas Histórias. É de se destacar que várias propostas procuravam resgatar a cultura e/ou memória de comunidades indígenas (31), quilombolas (11), migrantes (24) e de negros (25) tais como o Centro de Memória e Cultura Kaingang, o Ponto de Memória Quilombo Sítio do Meio, a Memória dos Brasileiros na Bélgica, o Ponto de Memória da Cultura Afro e das Divindades Africanas e o Ponto de Memória Memorial do Bumba Meu Boi de Maracanã.

Na Tabela 2, pode-se visualizar o tipo de organização que as iniciativas tomaram. Algumas delas se autodenominaram pontos de memória, outras ponto de cultura, outras, ainda, se configuraram como espaços multifuncionais, atuando tanto como pontos de cultura e memória e centros culturais. No entanto, o predomínio das iniciativas diz respeito a projetos que seriam executados tendo em vista, ou não, os editais de fomentos, tal como o Projeto Enxame. A participação em editais pode estimular a organização dos pontos nascente e não institucionalizados. Também na mesma direção, muitas propostas são de grupos culturais e coletivos organizados, como o Bloco Afro Netos de Nana, ou de centros culturais e associações culturais tal como a Associação Centro Cultural Viva. Não foi possível visualizar a institucionalidade de todas as propostas, sendo possível contabilizar 21 delas como ONGs, outras 14 como Associações e 5 como fundações.

Tabela 2 - Organização dos pontos de memória

Organização	n
Projeto	93
Ponto de memória	59
Museu	40
Grupos culturais e coletivos	38
Centro cultural	38
Outros	35
Ponto de cultura	22
Associação, associação cultural e comunitária	16

Espaços culturais e de memória multifuncionais	15
Museu comunitário	13
Produtora cultural	11
Ecomuseu, monumento	9
Total geral	389

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: Apenas 389 dos 402 registros passíveis de totalização (com dados que permitissem o levantamento de organização do ponto).

3.2 DESCONTANDO PONTOS: RESULTADOS DO SURVEY

Tendo em vista o objetivo de estabelecer um panorama das iniciativas de pontos de memória no Brasil, realizamos um survey para levantar seu estado atual, com coleta de dados realizada por meio de um questionário eletrônico na plataforma Google Forms. A construção do instrumento de coleta contemplou em seu texto, além das perguntas, uma carta oficial de abertura, que elucida as intenções e importância da pesquisa, os nomes dos pesquisadores, os seus dados para contato e onde ainda se assegurava o sigilo das informações coletadas. Procedendo desta maneira, foi assegurada a participação informada, livre e esclarecida no estudo, em conformidade com o protocolo de pesquisa aprovado no comitê de ética institucional sob o número CAAE 35708820.4.0000.5149.

Outra questão essencial da metodologia do survey é a representatividade da amostra. Para construção dos cadastros de contato, todos os registros de cadastro das 402 diferentes iniciativas de pontos de memória levantados na etapa documental do estudo (com resultados da subseção anterior) foram reunidos. Dos 402 contatos de email, 69 eram o endereço pontosdememoria.br@museus.gov.br. A equipe de pesquisa realizou busca ativa por endereços válidos e, por fim, o questionário foi encaminhado a 387 instituições, englobando pontos de memória, pontos de cultura, ecomuseus, entre outros, que constavam do cadastro e também outros localizados na rede social Facebook. Os envios foram feitos de duas maneiras distintas: 343 deles por e-mails e outros 34 foram remetidos através da rede social Facebook. Como não foi possível obter dados exatos da população de pontos de memória existentes (N desconhecido) no Brasil, a amostra (n) não é probabilística, e caracteriza-se como intencional, pois a lista de contatos foi construída

ativamente pelos pesquisadores com base nos cadastros existentes disponíveis.

O survey aplicado pela equipe de pesquisa teve uma taxa de retorno muito baixa, dos 387 questionários encaminhados apenas 5 respostas foram obtidas representando 1,3% do total de formulários enviados, tornando a amostra pouco representativa. Algumas hipóteses para o baixo retorno são: a) pouca familiarização com as ferramentas web por parte do público-alvo¹, apontada por Jeavons (1998 apud Salomon, 2001), pode ter se refletido na pesquisa; b) baixa responsividade de surveys na web apontada pela literatura devido a fatores motivacionais (interesse pela pesquisa, nível de educação, tempo, preocupações com a privacidade, entre outros) ou técnicos (layout, responsividade do formulário em diferentes plataformas de acesso²) ; c) lista de cadastro desatualizada.

Apesar da baixa taxa de respostas, dois dos doze pontos de memória pioneiros responderam ao formulário, todos participaram ao menos de um edital de premiação de pontos de Memória e quatro dos cinco participaram de algum dos eventos "Teias de Memória" do IBRAM, o que legitima as respostas recebidas em relação ao universo amostral. Dos cinco formulários recebidos, quatro foram obtidos em resposta aos e-mails e um ao envio via Facebook. Não sendo possível generalizar os resultados obtidos nas respostas do questionário aplicado, tanto por limitações da amostra (não probabilística) quanto por limitações quantitativas de respostas obtidas, a análise que aqui se segue será realizada qualitativamente. Dois deles são da região sul, dois da sudeste, e um da região nordeste.

¹ Antes mesmo do levantamento das respostas do survey, ainda durante a fase de envio dos questionários, já foi possível constatar três informações significativas. A primeira refere-se ao número expressivo de espaços de memória que não possuem endereço eletrônico institucional cadastrado, apenas de cunho pessoal, eles representam 39% do total de lugares contactados. A segunda diz respeito também aos endereços eletrônicos, 69 das 402 instituições que constavam na lista inicial para envio dos formulários tinham como e-mail registrado somente o pontosdememoria.br@museus.gov.br um endereço comum fornecido a todos os pontos de memória pelo IBRAM. E a terceira reporta ao grande índice de devolução dos e-mails, 124 das 343 mensagens enviadas por correio eletrônico, retornaram à caixa de entrada do e-mail da pesquisa por não ter seu destinatário encontrado ou por outro problema na entrega, fazendo com que as devoluções correspondessem a 36% do total de envios efetuados.

² No que diz respeito à pesquisa, o formulário foi bastante extenso e dois participantes preencheram de maneira incompleta, o que converge com as dificuldades de motivação para participação; e outro participante entrou em contato com a equipe queixando-se da lentidão do preenchimento (aspecto que pode estar associado à qualidade da conexão).

Em relação às cinco respostas obtidas, no tocante à captação de recursos, é evidente a relevância do aporte financeiro governamental nessas instituições. Segundo os dados levantados, todos os espaços captaram contributos estatais, seja por meio de editais do governo (federal, estadual ou municipal) ou mediante parcerias com o setor público. Esse dado expõe a importância das políticas públicas para os centros populares de memória, em especial aqueles que estão nascendo, em conformidade com o pensamento de Suzy Santos (2017), embora, para a autora, seja essencial a independência desses espaços ao longo dos anos do fomento público. Hugues de Varine (2015, p. 162) afirma que “é preciso uma reflexão sobre a gestão econômica e comercial dos ecomuseus”. O autor argumenta que por entender esses museus como um processo, eles deveriam procurar sua subsistência dentro da própria comunidade e que este seria o preço de sua independência. Desta forma, a captação de recursos públicos deveria ser pontual, para o autor. Teixeira Coelho Neto (2008) corrobora com este ponto de vista, de certo modo, ao afirmar que o Estado não deve regular a pluralidade das ações culturais, pois o controle pode, efetivamente, ruir com o projeto cultural de um grupo ou coletividade.

A dependência do espaço de editais de fomento é problemática: há “iniciativas que surgem a partir de um edital acabam existindo apenas enquanto participantes do edital, [...levando à] descontinuidade de muitas ações implementadas apenas com aporte financeiro inicial e não contínuo” (SILVA, 2019, p. 99). Por outro lado, Gomes e Vieira (2014, p. 409) defendem uma maior participação social nesses processos de aporte financeiro nas esferas culturais. Eles destacam a “importância da atuação na construção de políticas públicas culturais direcionadas para o fortalecimento dos diversos movimentos sociais que vem trabalhando com museus e memória no Brasil”.

Além dos problemas de sobrevivência financeira dos pontos, Silva (2019) também constatou, em alguns pontos de memória que visitou, que nem sempre foi possível promover a participação comunitária em todos eles tal como previsto na metodologia pelo IBRAM, seja para os processos de gestão participativa ou inventário participativo. E, que, em alguns casos, a associação dos pontos a iniciativas governamentais, incluindo a presença de atores estatais, como do

IBRAM, pode ser tomada como negativa pela comunidade, temendo pela instrumentalização político-partidária das ações dos pontos.

A institucionalização destas iniciativas museológicas é um ponto que merece uma atenção cuidadosa. Foi apurado que três dos cinco respondentes não possuem registro de entidade jurídica, ou seja, não dispõem de CNPJ. Entre as justificativas utilizadas pelas instituições podemos apontar: ser uma entidade privada sem fins lucrativos, que o conselho gestor é composto por diversas outras organizações presentes, e que o espaço faz parte de um empreendimento individual não registrado. Quanto à formação do conselho gestor foi identificado que nos espaços que o conceberam (três dos cinco respondentes), é composto em sua maioria apenas por membros da comunidade, e numa minoria por membros da comunidade junto com parceiros externos. Num dos Pontos de Memória, o conselho gestor não está formalizado, mas as ações passam pela orientação e anuência dos líderes dos grupos atuantes no território.

No que diz respeito à organização dos espaços, dois dos cinco se colocaram como pontos de cultura, e três como pontos de memória. Esta autodefinição converge com o que foi comentado no item anterior: algumas iniciativas de pontos de memória se articularam com as dos pontos de cultura. Um dos participantes apresenta uma reflexão importante sobre o que são estes pontos em um dos campos do questionário:

A compreensão da constituição e atuação do Ponto de Memória na comunidade está além de sua configuração. O Ponto de Memória trabalha com uma visão da memória a partir dos envolvidos no processo. O Ibram organiza essas ações por meio de uma identidade institucional "Pontos de Memória", mas o trabalho com a memória extrapola essa organização. Qual seria o limite ao se pensar em ações organizadas pelo Ponto de Memória enquanto instituição e das pessoas que participam dessa configuração social comunitária? Acredito ser uma discussão um pouco mais profunda [...].

Em outras palavras, a organização do ponto de memória pode estar além da proposta do Ibram com sua metodologia. Os objetivos de fortalecimento das culturas locais recebem diferentes configurações. Entre os cinco respondentes, os objetivos dos pontos são resgatar a periferia como território de memória; promover articulações comunitárias para realização de uma prática cultural de uma comunidade rural; preservar memória e histórias locais de uma região;

organizar registros de história oral em publicações (livros). Três dos cinco respondentes afirmaram ter realizado inventário participativo, o que levanta a hipótese de que metodologia prevista para construção de pontos de memória não necessariamente é implementada em sua totalidade. Porém, quatro dos cinco responderam ter inventariado materiais: documentos (4); fotos (4); objetos (4); histórias orais (3); lugares (2); cartas (2); jornais e revistas (2); mapas (2).

Um dos respondentes, justificou não ter realizado inventário participativo: “Nos interessa mais articular as tradições vivas, contribuindo para sua continuidade”. O trabalho com a memória, com a realização de ações de inventário, desta maneira, não seria aplicável, podendo refletir, em parte o pensamento de Halbwachs (2013) de que a memória se torna uma questão quando os grupos já estão perdendo ou perderam parte das suas tradições e procuram resgatá-las.

As parcerias constituem uma forma de atuação muito utilizada pelos respondentes, e afirmam um dos pontos importantes da metodologia proposta pelo IBRAM para os pontos de memória, que se trata da formação de redes, bem como se constitui em importante estratégia para organização dos espaços. Suzi Santos (2017, p. 258) diz que as parcerias acabam por “contribuir para o preenchimento de muitas lacunas quanto aos recursos humanos e materiais necessitados pelos ecomuseus e museus comunitários”. Quatro dos cinco participantes assinalaram participar de alguma rede de memória tais como rede de museus, rede de pontos de cultura ou rede de pontos de memória, e quatro também indicaram que tem parceria com outras instituições de memória. A participação em redes e o estabelecimento de parcerias pode ser indicativa da potencialidade da política cultural que tinha como norte o fortalecimento de culturas locais e formação de redes.

A escola é outra instituição relevante com a qual os centros de memória popular estabelecem conexão. Segundo o levantamento da pesquisa, 60% deles realizam intercâmbio com as duas modalidades escolares, ensino fundamental e médio. De acordo com as respostas recebidas, o objetivo principal para este tipo de parceria foi o desenvolvimento de atividades com os alunos para a conscientização dos mesmos sobre a história e a representatividade da

comunidade.

As informações obtidas pelo survey ainda apontaram que os espaços são pouco presentes na internet: somente um possui website; um não possui email próprio; somente três indicaram ter páginas no Facebook e dois tem canal no YouTube. A pandemia de Covid-19 acabou por piorar a situação destas iniciativas museológicas. Os dados da pesquisa mostraram que o surto da doença e suas consequências epidemiológicas paralisaram completamente as atividades da maioria dos respondentes: três paralisaram atividades, um passou a realizar atividades assistenciais e um reformulou suas atividades para atuar na internet. Estes espaços que estão operantes produziram atividades para ajudar na captação de recursos para a comunidade, entre as quais, podemos citar a doação de cestas básicas e kits de higiene e comercialização de livros editados na comunidade para angariar fundos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem todos os pontos de memória parecem se associar à preservação da memória ou patrimônio cultural. Esta reflexão diz respeito a três aspectos notados nas características dos pontos inventariados: 1) nem todos os pontos parecem ter como o foco o trabalho com a memória, podendo realizar ações no terreno da preservação de culturas que ainda não são alvo de processos de musealização ou patrimonialização, o que não enseja a realização de processos proclamados pela metodologia do IBRAM tais como a realização de inventários; 2) o trabalho no campo da museologia social, conforme seria característico do programa, é endereçado para o processo comunitário, o vir a ser, que atua no sentido da identidade e do pertencimento, o que pode resultar em ações museais e produtos de difusão educativos e culturais, mas sem a formação de um espaço institucionalizado como um museu e podem ser marcados pela não permanência; 3) por serem iniciativas comunitárias, é de se imaginar que algumas demandas comunitárias (alimentação, moradia, reconhecimento) atravessem as ações museais, sendo que alguns destes espaços tornam-se multifuncionais: atuam tanto no campo da memória, mas também da cultura, da assistência social, inclusive articulando-se com outros equipamentos sociais e

culturais.

De 2009 para cá, quando do nascedouro das iniciativas do Pronasci para implementação de pontos de memória e fortalecimento de pontos existentes (como os de Lomba do Pinheiro-RS e da Maré-RJ), passando pelos editais para fomentar Pontos de Memória em 2011, 2012 e 2014, é perceptível que os seus primeiros anos foram o seu auge. A baixa taxa de retorno do questionário aplicado e as dificuldades de inventariação das iniciativas indicam que vários destes pontos de memória, quiçá a sua grande maioria, estejam inativos. O esmorecimento dos pontos é ponto de investigação futura, mas é de se imaginar que as iniciativas comunitárias são atravessadas por condicionantes externos poderosos, como a falta de apoio público. A aposta da autogestão destes espaços, pressupondo sua autonomia financeira, é demasiado alta para ser ganha, aspecto que não escapa das características das iniciativas em cultura ao longo dos anos Brasil: o fortalecimento de políticas públicas que vão além de financiamentos pontuais, e que confira autonomia e equanimidade de recursos, é necessário. A continuidade, o aumento ou o esvaziamento dos pontos fica a cargo de quem conta esse conto.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por financiamento da pesquisa, com recursos do Edital Universal.

REFERÊNCIAS

BASTOS, S. Avaliação de uma Metodologia em Museologia Social Sistematização. *In: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (org.). Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social.* Instituto Brasileiro de Museus: Brasília (DF): Phábrica, 2016. ISBN 978-85-69369-02-8.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Diário Oficial da União. Portaria nº 301, de 9 de setembro de 2019. Dispõe sobre a instituição do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/>

/portaria-n-301-de-9-de-setembro-de-2019-215567360. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 1 nov. 2021.

DODEBEI, V. Memória, Circunstância e movimento. *In*: GONDAR, J.; DODEBEI, V. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; 1989.

GOMES, A.; VIEIRA, J. P. A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. **Revista Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 389-414, 2014.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Ibram institucionaliza Programa Pontos de Memória. 11 set. 2017. Disponível em:
<http://www.museus.gov.br/portaria-do-ibram-institucionaliza-o-programa-pontos-de-memoria/>. Acesso em: 3 jan. 2020.

LIMA, D. R. Programa Cultura Viva – 10 anos: continuidades e rupturas. **Desigualdade & Diversidade**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 92-126, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, C. M. R. Apresentação. *In*: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (org.). **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social**. Instituto Brasileiro de Museus: Brasília (DF): Phábrica, 2016. ISBN 978-85-69369-02-8.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social**. Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília (DF): Phábrica, 2016.

PEREIRA, M. R. N. **Museologia decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal**. 2018. 294 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Departamento de Museologia, Lisboa, 2018.

PEREIRA, M. R. N. Política Pública de Direito à Memória: apontamentos sobre a trajetória do Programa Pontos de Memória. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 111-128, jan./jul. 2020.

REIS, P. F. Estado e políticas culturais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminário_Internacional/FCRB_PaulaFelixReis_Estado_e_políticas_culturais.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015.

SANTOS, S. S. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. 768 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, M. B. M. **O Programa “Pontos de Memória no Contexto sul-riograndense”**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, 2019.

TEIXEIRA COELHO NETO, J. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

VARINE, H. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 28-31, 2015.

DOES ANYONE WHO TELLS A TALE OVERSTATES IT? A QUANTITATIVE STUDY OF BRAZILIAN MEMORY POINTS

ABSTRACT

Objective: To present “The Memory Points” Program, which was resultant of a public policy on culture and heritage run by IBRAM (Brasiliam Museum Institute). **Methodology:** Through narrative review, it is presented a brief history of that program. Afterwards, the results of a document and questionnaire surveys about the characteristics of Memory Points associated to that policy are presented. **Results:** O The program came over in 2009 and had its peak in 2011-2014 years, guided by antropologic concept of culture. The low rate of survey returns indicates that many of these points may not be active anymore. **Conclusions:** It is concluded that memory points carry out cultural actions that go beyond memory and heritage preservation actions, valuing diversified local cultures, and that state actions to promote memory points seem to be essential for their survival.

Descriptors: Memory Points Program. Social Museology. Survey. Public Policy.

¿QUIÉN CUENTA UNA HISTORIA, LEVANTA UN PUNTO? UN ESTUDIO CUANTITATIVO DE PUNTOS DE MEMORIA EN BRASIL

RESUMEN

Objetivo: Presentar el Programa “Los Puntos de Memoria”, resultado de una política pública de cultura y patrimonio del IBRAM (Instituto de los Museos de Brasileños).

Metodología: A través de una revisión bibliográfica narrativa, se traza una breve historia del referido programa. A continuación, se presentan los resultados de una encuesta documental y una encuesta sobre las características de los puntos de memoria brasileños relacionados con esta política. **Resultados:** El programa surgió en 2009 y alcanzó su punto máximo en los años 2011-2014, guiado por el concepto antropológico de cultura. La baja tasa de retorno de la encuesta en línea y las dificultades para hacer un balance de las iniciativas indican que varios de estos puntos de memoria pueden estar inactivos. **Conclusiones:** Los puntos de memoria realizan acciones culturales que van más allá de las acciones de conservación de la memoria y el patrimonio, valorando las culturas locales diversificadas. Las acciones estatales para promover puntos de memoria parecen ser fundamentales para su supervivencia.

Descriptores: Programa de puntos de memoria. Museología social. Encuesta. Política pública.

Recebido em: 20.12.2021

Aceito em: 04.10.2023